



POLÍTICA  
NACIONAL DE  
MUSEUS

---

Memória e cidadania

# Política Nacional de Museus

- Bases para a Política Nacional de Museus
- Programa de Formação e Capacitação em Museologia
- Cadastro de Instituições Museológicas

Maio de 2003

## SUMÁRIO

Palavra do Ministro da Cultura	.05
Palavra do Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas	.06
<b>Bases para a Política Nacional de Museus</b>	
– Apresentação	.07
– Introdução	.08
– Objetivo Geral	.08
– A Construção da Rede de Parceiras	.09
– Princípios Orientadores	.09
– Eixos Programáticos	.10
<b>Programa de Formação e Capacitação em Museologia</b>	
Apresentação	.14
1. Introdução	.15
2. Considerações sobre o Ensino da Museologia no Brasil	.18
3. Princípios Norteadores	.20
4. Consulta Realizada: considerações e sugestões para a Política de Formação e Capacitação	.21
5. Propostas Específicas: objetivos e sugestões para operacionalização	.23
6. Fluxogramas	.28
7. Potencialidades e Retorno	.29
8. Considerações Finais	.30
Bibliografia	.31
Cadastro de Instituições Museológicas	.39



## **PALAVRA DO MINISTRO DA CULTURA**

Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural. Por isso, ao se implementar uma política pública voltada para o setor cultural, não há como deixar de escutar as pessoas e os órgãos disseminadores da cultura e envolvê-los na formulação das políticas públicas necessárias.

Desta forma, quando propusemos implementar uma política cultural voltada ao setor museológico, a atuação do Ministério da Cultura não foi diferente e abrimos as portas para um diálogo rico e estimulante. A primeira ação foi conclamar a participação da comunidade museológica e interessados para ouvir a experiência de cada um, estreitando as relações e propiciando uma maior interação entre governo e sociedade.

No primeiro contato que o Ministério da Cultura travou com entidades e profissionais envolvidos com o setor museológico para se discutir as bases para uma política nacional voltada para os museus brasileiros, as discussões foram extremamente proveitosas, animadoras e apontaram para os museus e sua função social.

A contribuição de cada um foi a certeza da construção de um projeto criativo, multifacetado e consistente, na forma que o setor museológico requer, de maneira que os diferentes tipos de museus, em termos de tipologia, vinculação institucional e representatividade, pudessem ser abarcados.

A Política Nacional de Museus, portanto, tem em suas bases o reflexo de uma multiplicidade de vozes, uma vez que construída a várias mãos. Esse processo que agora se inicia referencia exatamente a diversidade e a complexidade cultural do País. É essa diversidade que fortalece o setor museológico, que busca nela a força criativa, necessária na estruturação da política cultural. Esses momentos demonstram que, sem dúvida, a esperança vem a cada dia vencendo o medo.

Gilberto Gil Moreira  
Ministro da Cultura

## **PALAVRA DO SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO, MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS**

Um dos maiores compromissos do Ministério da Cultura ao longo dos próximos anos, sob o comando do Ministro Gilberto Gil, será a construção coletiva no Brasil de uma ampla e democrática rede de políticas culturais, articulada em torno de princípios participativos e transparentes. Esta rede deverá ser a base de um Sistema Nacional de Política Cultural, inovador na história da política cultural brasileira e herdeiro daquilo que tivemos de melhor nesse campo desde os tempos de Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e, mais recentemente, Aloísio Magalhães.

Trata-se de uma ação ousada do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois elevará significativamente o patamar desta política, estratégica para o desenvolvimento do Brasil, tanto em termos sociais, econômicos, políticos, ambientais, quanto de afirmação positiva da nacionalidade brasileira, fincada nos marcos profundos da enorme diversidade étnica e cultural do nosso povo.

A Política Nacional de Museus, cujas bases conceituais aqui apresentadas serão discutidas amplamente pelos diversos segmentos do setor museológico nacional, é parte desse grande projeto, que visa a englobar todos os caminhos e linguagens da cultura brasileira, sempre em diálogo permanente do Estado com a sociedade. Nesse sentido, tem sido profícua e generosa a participação dos diversos profissionais de museus, junto com a equipe do Ministério da Cultura, nesses primeiros passos em direção a novos horizontes.

Com a convicção de que uma nova paisagem cultural, digna da grandeza da nação brasileira, dependerá do esforço coletivo, é que conclamamos a todos a se juntar nesse movimento cívico em defesa do patrimônio cultural brasileiro.

Márcio Augusto Freitas de Meira  
Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas



# **BASES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS**

## **APRESENTAÇÃO**

Ao se propor a sistematização de uma política pública voltada para os museus brasileiros, a preocupação inicial do Ministério da Cultura foi estabelecer o debate necessário sobre a questão com os diversos segmentos culturais que tratam do assunto, buscando travar um diálogo com pessoas e entidades vinculadas à Museologia, meio universitário, profissionais da área e secretarias estaduais e municipais de cultura.

Desta forma, a primeira apresentação pública do texto com os eixos programáticos sobre as bases para a Política Nacional de Museus ocorreu durante os dias 24 a 27 de março de 2003, quando foram realizadas reuniões junto à comunidade museológica para discussão do tema. Posteriormente, seguindo a linha participativa que adotamos, o texto foi distribuído e disseminado por meio eletrônico a diversas pessoas e entidades vinculadas à Museologia para discussão, apreciação e sugestões.

A realização das reuniões e a distribuição do texto base teve como principais objetivos a divulgação das linhas programáticas da Política, o debate, e o esclarecimento de dúvidas, recolhimento de sugestões e evidenciar a importância da participação de todos na construção de uma política integrada no âmbito nacional.

As reuniões mencionadas envolveram aproximadamente cem pessoas, entre as quais destacamos responsáveis e profissionais de entidades museológicas de diferentes tutelas, representantes do meio acadêmico, profissionais de departamentos ligados ao patrimônio cultural de governos estaduais e prefeituras e órgãos do governo federal de vários ministérios que têm museus em sua estrutura ou que, de alguma forma, têm relação com o tema.

Os debates que as reuniões proporcionaram e as sugestões recebidas por meio eletrônico foram fundamentais para a consolidação dos eixos programáticos e finalização do texto base da Política. Ademais, constituíram-se como um primeiro passo para a implementação de um projeto articulado que pretende contribuir para a revitalização das unidades museológicas no Brasil. Vale ressaltar que foram recebidas contribuições inclusive de entidades e personalidades da comunidade museológica de outros países.

A implementação dos sete eixos programáticos da Política está prevista para acontecer em quatro anos. As primeiras ações a ser realizadas serão a criação do Cadastro Nacional de Museus, previsto no eixo 1, e do Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia, previsto no eixo 3, lançados oficialmente junto com a Política Nacional de Museus.

O Cadastro Nacional de Museus visa à criação de uma base unificada com amplitude nacional, estabelecendo uma plataforma de informações e dados sobre os museus brasileiros. É o passo inicial para a implementação do Sistema Nacional de Museus, previsto na Política.

Da mesma forma, também será lançado o Selo Museus Brasileiros, que qualquer museu, independentemente se privado ou vinculado a qualquer esfera governamental, poderá utilizar, desde que cumpridos requisitos básicos em seus projetos institucionais, que demonstrem a atuação do museu.

O Programa Nacional de Capacitação em Museologia, por sua vez, prevê a criação de programa de capacitação e formação em Museologia para técnicos do setor, com a ampliação de oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus. O Programa foi elaborado por um grupo de trabalho, criado em uma das reuniões mencionadas acima.



No texto consolidado que se segue, procedeu-se a uma revisão do texto inicial, incorporando as principais contribuições recebidas ou explicitando alguns pontos que necessitavam de maior clarificação. Deste amplo processo de consulta à comunidade museológica, resultaram as bases da Política Nacional de Museus, agora editadas, que visam a fundamentar as ações a ser desenvolvidas em prol da revitalização dos museus brasileiros. O processo, até então, é apenas o início da implementação da Política, que ainda está em construção e pretende incorporar muitas outras contribuições.

## **INTRODUÇÃO**

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como o respeito às culturas indígenas e afrodescendentes.

Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Assim, no momento em que se renovam as perspectivas de construção de um novo projeto de nação mais inclusivo e com maiores estímulos à participação cidadã, torna-se premente a implantação de uma Política Nacional de Museus, que além de abrangente e integrada à política cultural, seja um estímulo ao desenvolvimento, à criatividade, à produção de saberes e fazeres e ao avanço técnico-científico do campo museológico. Essa política deve ter como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos, bem como a democratização dos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais representativos de diferentes grupos sociais e étnicos, de diferentes regiões e localidades existentes no País.

## **OBJETIVO GERAL**

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País.



## A CONSTRUÇÃO DA REDE DE PARCEIRAS

A elaboração e a implementação da Política Nacional de Museus, a ser coordenada pelo Ministério da Cultura, deverá contar com a participação de órgãos do governo federal, estadual, municipal e do setor privado, ligados à cultura, à pesquisa e ao fomento, bem como entidades da sociedade civil organizada. A meta é a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiras que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil.

A Política Nacional de Museus deverá contar com os recursos previstos no Fundo Nacional da Cultura (FNC), com as leis de incentivo fiscal e com os orçamentos próprios dos órgãos e entidades envolvidos, além de valorizar a integração de instâncias governamentais e entidades da sociedade civil voltadas para o campo museal, constituindo uma rede de responsabilidades no tocante à preservação e ao gerenciamento de bens culturais.

## PRINCÍPIOS ORIENTADORES

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural, da institucionalização da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do uso dos bens culturais nacionais, estaduais e municipais.
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3. Desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização decorrentes da globalização.
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os profissionais, técnicos e gestores do patrimônio cultural, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser preservado.
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.



## EIXOS PROGRAMÁTICOS

### 1. GESTÃO E CONFIGURAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO

- 1.1. Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória.
- 1.2. Criação do Cadastro Nacional de Museus, visando à produção de conhecimentos sobre a realidade museológica do País.
- 1.3. Criação e aperfeiçoamento de legislação que oriente a atuação dos museus no País, sobretudo no que diz respeito às políticas de aquisição e gerenciamento de acervos, ao uso do espaço público, ao uso e direito de imagem, à comercialização, gerenciamento e circulação de acervos e coleções de interesse público.
- 1.4. Integração de diferentes instâncias governamentais diretamente envolvidas com a gestão de patrimônios culturais submetidos à musealização.
- 1.5. Criação de pólos museais regionalizados e de equipes volantes com vários níveis de especificidade, de modo a desenvolver ações preventivas e a apontar soluções para problemas localizados.
- 1.6. Criação de medidas de cooperação técnica entre laboratórios de restauração e conservação de diversas tipologias de acervos.
- 1.7. Promoção à participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais.
- 1.8. Estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender aos diferentes níveis e instâncias governamentais e às diferentes especificidades das profissões museais.

### 2. DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AOS BENS CULTURAIS

- 2.1. Apoio à criação de redes de informação entre os museus brasileiros e entre os profissionais desses museus, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento profissional e democratizar o acesso ao conhecimento produzido.
- 2.2. Estimulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a começar pela própria agenda de temas e conteúdos expositivos.
- 2.3. Criação de mecanismos que favoreçam a documentação, organização, conservação, restauração, informatização e disponibilização dos acervos museológicos.
- 2.4. Criação de programas que visem a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, por meio de exposições, concursos, espetáculos, oficinas e outras ações de caráter educativo-cultural.
- 2.5. Apoio à realização de eventos multiinstitucionais e à circulação de exposições museológicas.
- 2.6. Apoio à publicação da produção intelectual e científica e à difusão da produção editorial específica dos museus e da Museologia.
- 2.7. Apoio às ações que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público.
- 2.8. Criação de medidas de cooperação técnica e de socialização de experiências:
  - a. realizadas em programas de comunicação com públicos gerais e específicos (curadorias participativas, exposições, visitas orientadas, elaboração de materiais didáticos, desenvolvimento de serviços educativos, etc.);



- b. perpetradas nas áreas da gestão, da preservação e da documentação museográfica (inventários participativos, instalação e organização de reservas técnicas, gerenciamento e informatização de acervos, desenvolvimento de equipes e projetos, conservação preventiva, etc.);
- c. desenvolvidas na área da investigação e da editoração (teoria museológica, estudos de coleções, estudos de público, história e trajetória de museus, estudos de espaços museológicos, programas editoriais, etc.).

### **3. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

- 3.1. Criação e implementação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e Museologia, com a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*), além de cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus.
- 3.2. Inclusão nos currículos escolares de ensino fundamental e médio de conteúdos e disciplinas que tratem do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais.
- 3.3. Criação de políticas de formação em educação museal e patrimonial, reconhecendo que estas expressões configuram campos de atuação e não metodologias específicas.
- 3.4. Criação de pólos de capacitação e de equipes volantes, com condições de atuação nacional.
- 3.5. Desenvolvimento de programa de estágios em museus brasileiros e estrangeiros com reconhecida e comprovada capacidade e disponibilidade de atuação na área da formação profissional.
- 3.6. Apoio à realização de encontros, seminários, congressos e outros fóruns de discussão para divulgação da produção de conhecimento da área dos museus, da memória social, do patrimônio cultural e da Museologia.

### **4. INFORMATIZAÇÃO DE MUSEUS**

- 4.1. Criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros.
- 4.2. Apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos.
- 4.3. Estimulo e apoio a projetos que visam a disponibilizar informações sobre acervos, pesquisas e programações dos museus em mídias eletrônicas.
- 4.4. Apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.
- 4.5. Estimulos aos projetos de informatização e tecnologia digital desenvolvidos em parceria com instituições de ensino.

### **5. MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUSEOLÓGICAS**

- 5.1. Apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, saneamento, climatização, segurança, arranjos exteriores de lazer e de acessibilidade aos imóveis que abrigam acervos museológicos.
- 5.2. Apoio a projetos de modernização de exposições de longa duração e ao desenvolvimento de programas de exposições de curta duração e itinerantes.
- 5.3. Estimulo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da conservação, documentação e exposição.



5.4. Apoio aos projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratório de restauração e conservação.

## **6. FINANCIAMENTO E FOMENTO PARA MUSEUS**

- 6.1. Criação de um fundo de amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros.
- 6.2. Criação de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à CAPES e às Fundações de Amparo à Pesquisa e às instituições de ensino superior, levando em conta as especificidades da realidade museológica brasileira.
- 6.3. Criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais.
- 6.4. Estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado.
- 6.5. Aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

## **7. AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE ACERVOS CULTURAIS**

- 7.1. Criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional e de acervos de comunidades indígenas, afrodescendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira.
- 7.2. Apoio ao estabelecimento de políticas democráticas de aquisição de acervos que levem em consideração a diversidade étnica, cultural e social do povo brasileiro, bem como a necessidade de preservar acervos representativos da vida social e cultural brasileira no século XX.
- 7.3. Estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais.
- 7.4. Apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais.
- 7.5. Apoio às ações e aos dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção legal dos bens culturais claramente vinculados à história e à memória social de caráter local ou nacional.

MINISTÉRIO DA CULTURA

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E  
CAPACITAÇÃO EM MUSEOLOGIA  
(EIXO PROGRAMÁTICO Nº 3)

Brasília - DF  
Maio de 2003



## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o Programa de Formação e Capacitação para a Área da Museologia, a ser implantado pelo Ministério da Cultura. Esse Programa é parte integrante da Política Nacional de Museu, do Ministério da Cultura, cujos indicadores para reflexão foram apresentados a profissionais e representantes de instituições e entidades de classe da área da Museologia, em reunião realizada em Brasília, no dia 26 de março do corrente ano. Naquela oportunidade, foi constituída uma comissão para apresentar uma proposta preliminar para a formação e capacitação de pessoal para atuar nos museus e em projetos museológicos, dada a carência de pessoal capacitado para atuar na área, como ficou evidenciado nos depoimentos de todos os presentes. Constatou-se, assim, a necessidade de se atender à demanda de aprimoramento de recursos humanos das instituições museológicas, tendo em vista o domínio *intelectual e prático* de temas voltados para a área da Museologia.

Com o objetivo de sugerir a construção de um Programa de Formação e Capacitação que contemple os anseios e as reais necessidades dos sujeitos sociais que estão colaborando, efetivamente, para a construção e reconstrução dos nossos museus e para a aplicação do processo museológico, em diferentes contextos, foi realizada uma consulta a profissionais que estão atuando na área da Museologia, em diferentes regiões do País, bem como a instituições museológicas e associações, além dos presentes na reunião acima referida.

Este documento tem como fundamentação os indicadores para a Política Nacional de Museus, os aspectos teórico-metodológicos da área da Museologia e os dados coletados na consulta realizada. A partir destes referenciais, foram apontados os princípios norteadores, os objetivos e as propostas específicas, que servirão de suporte para a elaboração de um planejamento estratégico, para implementação das ações, cujos projetos deverão ser executados, a partir da iniciativa e da participação dos diversos segmentos envolvidos. Para facilitar o manuseio e a leitura do material conseguido durante a coleta de dados, que deverá ser um referencial importante no momento de detalhamento das propostas, optou-se por apresentar as informações coletadas em um volume à parte, encaminhado à Coordenação-Geral de Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura.

A elaboração do presente documento deve ser compreendida como o resultado da iniciativa e do envolvimento dos profissionais que atuam em diferentes regiões e que atenderam ao chamado do Ministério da Cultura, para construir, conjuntamente, uma proposta de Política de Formação e Capacitação para a Área da Museologia, em nosso País. Esses profissionais estão motivados para colaborar com sua implantação, por reconhecerem a importância da ação dos museus e da aplicação dos processos museais na construção de uma sociedade mais equitativa e solidária, e por acreditarem, também, no potencial que têm as instituições museológicas de contribuir para a melhoria da auto-estima dos brasileiros e para a divulgação do nosso patrimônio cultural, nacionalmente e no exterior.

Salvador – BA, maio de 2003.

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Célia T. Moura Santos

Coordenadora do Eixo Programático de Formação e Capacitação

## 1 - INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, produzimos e provocamos grandes transformações no campo da Museologia. Considerando que o fazer museológico é o resultado das relações humanas, em cada momento histórico, em relação com as demais práticas sociais globais, podemos afirmar que a Museologia é resultado de um mundo em transformação. A contemporaneidade tem sido marcada por processos sociais ricos, no sentido de reconhecer a diversidade, o respeito à diferença e, sobretudo, por um forte apelo para que exerçamos a nossa cidadania, com a consciência de que podemos ser sujeitos da história. Talvez possamos afirmar que a ação participativa seja uma das características mais marcantes da contemporaneidade.

As inquietações ocorridas nos anos 60 abriram espaço para, posteriormente, se repensar o conceito de patrimônio e a relação do museu com a sociedade. Nesse contexto de buscas, reflexões e práticas museológicas até então desconhecidas, assistimos ao que, no nosso entender, tem sido a contribuição mais significativa para a Museologia na contemporaneidade: a participação de diversos segmentos da sociedade na construção e reconstrução dos processos museais. Das ações de contemplação ou de apreciação de uma museografia que era planejada e executada somente por uma equipe técnica que detinha o conhecimento sobre as coleções, partimos para uma ação integrada por técnicos e sujeitos sociais que visam a apropriar-se e reapropriar-se do patrimônio cultural.

Entretanto, a contemporaneidade tem sido marcada, também, por contrastes, por avanços e recuos, que nos surpreendem, a cada momento, com a crescente produção de conhecimento, em diferentes áreas, como os até então inimagináveis avanços tecnológicos, e, ao mesmo tempo, nos deixam assustados com a falta de ética, com a violência, com os contrastes entre países e regiões de um mesmo país, com a concentração de renda entre grupos de privilegiados e, sobretudo, com a péssima qualidade de vida de vários segmentos da sociedade.

A participação, as inquietações com as práticas museológicas, dissociadas dos anseios da sociedade, e os marcantes contrastes desse mundo que estamos construindo têm nos estimulado a buscar soluções criativas, que têm contribuído, efetivamente, para a construção do conhecimento na área da Museologia, bem como para se repensar o nosso campo de atuação e os nossos cursos de formação. Essa insatisfação tem, também, nos estimulado a construir processos museais que tenham como objetivo principal, a partir das reflexões sobre o patrimônio cultural, a compreensão da nossa identidade cultural, em seu processo de construção e reconstrução, compreendendo-a como o suporte essencial para a inclusão social e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida.

Compreendemos que a qualidade implica participação, conquista, busca da autogestão, da democracia e da liberdade. A musealização é, então, processada na prática social – no interior do museu ou fora dele – em sua dinâmica real, no tempo e no espaço, abordando a cultura de forma integrada ao cotidiano, ampliando as suas dimensões de valor, de consciência e de sentido.

Admitindo que o patrimônio cultural é o referencial básico para o desenvolvimento das ações museológicas, consideramos que os processos museais gestados, ao longo dos anos, contribuíram, de modo efetivo, para a ampliação do conceito de patrimônio, na medida em que o conceitua como a relação do homem com o meio, ou seja, o real, na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural, em suas dimensões de tempo e de espaço. Conseqüentemente, os bens culturais a ser musealizados também foram ampliados. Nesse sentido, as ações museológicas não serão processadas somente a partir dos objetos, das coleções, mas tendo como referencial o patrimônio global, tornando assim necessária uma ampla revisão dos métodos a ser aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação, nos diferentes contextos.



Por outro lado, a ampliação do conceito de patrimônio está relacionada à criação de novas categorias de museus, como ecomuseu, museu comunitário, museu de vizinhança, etc., que não estão fechadas nas paredes de um edifício, mas realizam as ações museológicas em um território, com uma população. Essas novas categorias de museus, abertas a uma população e a um território, irão contribuir, também, para que as ações museológicas possam ser processadas fora do espaço restrito do museu, abrindo, assim, amplas possibilidades para a realização de novos processos de musealização. Do ponto de vista metodológico, foi um vetor a incentivar a busca de soluções criativas.

Portanto, a aplicação das ações museológicas deve estar embasada na relação necessária entre a teoria e a prática, possibilitando que ambas sejam fortalecidas e enriquecidas. A Museologia e a Educação, consideradas como histórico-socialmente condicionadas, assumem, em cada período histórico, características que são resultado das ações do homem no mundo, fazendo com que possamos considerá-las como possibilidade e não como determinação. Daí a necessidade de contextualizá-las, situando-as no tempo e no espaço, compreendendo-as como ação social e cultural. A contemporaneidade não comporta mais modelos de desenvolvimento tecnológico e científico dissociados dos referenciais culturais de um povo. Cultura e desenvolvimento, mais do que nunca, têm de andar de mãos dadas.

A análise da educação, portanto, está sendo aqui realizada compreendendo-a como um processo que deve ter como referencial o *patrimônio cultural*, considerando que este é um suporte fundamental para que a ação educativa seja aplicada, levando em consideração a herança cultural dos indivíduos, em um determinado tempo e espaço, considerando que as diversas áreas do conhecimento não funcionam como compartimentos estanques, mas são parte de uma grande diversidade, que é resultado de uma teia de relações, em que cultura, ciência e tecnologia, em cada momento histórico, são construídas e reconstruídas pela ação do homem, produtor de cultura e conhecimento.

O mundo contemporâneo, as transformações ocorridas nos últimos anos e já registradas anteriormente, sinaliza para a necessidade de um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades da América Latina. A revisão e superação de determinados paradigmas são essenciais, considerando-se a necessidade de criação de novos museus e de reformulação dos existentes, tornando-os instituições relevantes para a cidadania. A Museologia e o museu têm uma importância central no contexto de reconstrução das nações, na busca de um mundo livre e equitativo. Para tanto, torna-se necessária a formulação de novas diretrizes, à luz dos conhecimentos historicamente acumulados, no sentido de utilizar o patrimônio cultural como um referencial para o exercício da cidadania e o desenvolvimento social. Portanto, o processo museológico está, aqui, sendo compreendido como um processo educativo e de comunicação.

Enfatizamos, então, que o processo museológico, na contemporaneidade, como resultado da relação teoria/prática, tem contribuído, efetivamente, para o desenvolvimento da Museologia e para a sua aplicação – Museografia. Desse processo, podemos destacar os seguintes aspectos:

- Ampliação do conceito de patrimônio;
- Ampliação dos bens culturais a ser preservados;
- Aplicação do processo museológico, a partir da relação: Homem/Patrimônio Cultural
- Incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio cultural, para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura;
- Socialização da função de preservação;

- Desenvolvimento das ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não somente as coleções;
- Criação de novas categorias de museus e aplicação de diferentes processos museais;
- Revisão dos métodos a ser aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação;
- Ação de comunicação dos técnicos e dos grupos sociais, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social.

Os museus, como instituições histórico-socialmente condicionadas, não podem ser considerados um produto pronto, acabado; eles são o resultado das ações dos sujeitos que os estão construindo e reconstruindo, a cada dia. São as nossas concepções de Museologia e de museu que estarão atribuindo à instituição diferentes perfis, que deverão ser adaptados aos diversos contextos. Daí a necessidade de uma avaliação constante que deverá fornecer dados significativos para a definição da missão e dos objetivos a ser alcançados, o que implica a necessidade de abertura, por parte de seu corpo técnico e das pessoas responsáveis por sua administração, manifestada em atitudes que demonstrem a motivação e o desejo de mudar, de buscar uma atualização constante, compreendendo que, para desenvolver o pensamento crítico, é necessário haver sistematização e argumentação. Com certeza, esse novo caminho nos conduz, urgentemente, à necessidade de se repensar o perfil do profissional museólogo e dos demais trabalhadores de museus e o seu campo de atuação.

Mais do que nunca, faz-se necessária e urgente a implantação de uma política de capacitação e formação de pessoal para atuar nas instituições museológicas, sobretudo se considerarmos a necessidade de buscar um desenvolvimento que não deve ser sustentado em um modelo pautado na racionalização tecnológica, tomado como um objetivo que se esgota em si mesmo e por si mesmo, o que tem gerado a "pobreza modernizada", que, segundo Perrot (1994), é a pobreza daqueles grupos ou indivíduos que depois de terem perdido uma boa parte de seus valores e de seu modo de vida não têm tido acesso às vantagens do desenvolvimento econômico. Conforme a referida autora, a pobreza modernizada é reconhecida pelo fato de ter sido espoliada culturalmente e socialmente, sem ter sido recompensada economicamente. Consideramos que o museólogo e os demais profissionais que atuam nos museus, ao assumir o seu compromisso social, têm uma responsabilidade de atuar, seja no interior do museu ou fora dele, buscando construir, com os diversos segmentos da sociedade, um desenvolvimento que seja apoiado no respeito às identidades e à pluralidade cultural.

Urge, portanto, reconhecer, no momento em que o Ministério da Cultura propõe a implantação de uma Política Nacional de Museus, a importância dos cursos de formação e capacitação, no sentido de contribuir, efetivamente, por meio da aplicação das ações museológicas, para o desenvolvimento e a inclusão social, assim como para os avanços teórico-metodológicos, em nosso campo de atuação. É necessário ressaltar, entretanto, a necessidade de uma abertura maior no sentido de dotar os currículos dos referidos cursos de conteúdos substantivamente relevantes, sem perder de vista que a sua maior missão é a político-cultural. E esse objetivo maior não pode ser alcançado somente nos espaços fechados da academia. Sirvent (1984), analisando a relação entre a educação formal e a não-formal, sugere que é possível organizar uma ação educativa complexa, que seja resultante de uma rede de interação entre diversos recursos educativos. Não se trata de somar ou adicionar componentes isolados, mas de integrá-los ao redor de objetivos educacionais comuns. Nessa rede, insere-se a educação formal ou uma redefinição de seu papel frente à comunidade e aos seus recursos educativos não-formais. Sugere ainda a referida autora, que as



instituições do *macrossistema* constituir-se-iam num sistema aberto em contínua comunicação, tanto entre si como com o meio em que estão inseridas.

Compreendemos que a proposta para uma Política Nacional de Museus, que contempla, o Programa para a Formação e Capacitação de Pessoal para atuar na Área da Museologia, do Ministério da Cultura, não pode ser entendida, somente, como a reflexão e expressão de uma classe. Como registrou o Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil Moreira, em seu discurso de posse, "as políticas públicas de cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinalis, como caminhos necessários, como atalhos urgentes." Por considerarmos os museus instituições da maior relevância, no que se refere à valorização, à articulação e ao desenvolvimento das memórias e identidades locais, regionais e nacionais, no momento em que se renovam as esperanças na construção de um projeto de nação mais inclusivo, com maiores estímulos à participação cidadã, e à valorização da auto-estima do brasileiro, consideramos a presente proposta como parte de "um projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência de um Brasil de todos". Capacitar os profissionais que atuam nos museus para esse grande desafio é, com certeza, um caminho necessário e com atalhos urgentes.

## 2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

Nos últimos anos, o progresso ocorrido na aplicação do processo museológico, para o qual tem contribuído a produção científica dos cursos de Museologia, tanto os de graduação quanto os de pós-graduação, permitiu o embasamento necessário a uma reflexão constante, na vida acadêmica dos cursos, fornecendo os subsídios necessários para que seja realizada uma avaliação das suas atuações, nos diversos contextos em que estão inseridos, no sentido de adequá-lo aos avanços que hoje se apresentam, contribuindo, também, para ampliar a nossa concepção em relação à atuação do profissional museólogo, no mercado de trabalho a ele destinado e ao próprio objeto de estudo da Museologia. A prática da avaliação constante dos cursos tem sido muito saudável no sentido de apontar para a necessidade de uma revisão constante do perfil do profissional que estamos formando. Por meio dessas constantes reflexões, tem-se evidenciado a necessidade de os colegiados dos cursos delinear um perfil para o profissional museólogo e atualizar os seus currículos, realizando os ajustes necessários no sentido de fornecer a capacitação indispensável ao profissional, no presente momento, com base em uma constante reflexão entre a teoria e a prática.

Vale a pena ressaltar a importância do conhecimento produzido por docentes e alunos dos diversos cursos, alimentando e estimulando o debate em torno de temas e problemas relacionados, aos aspectos teórico-metodológicos do nosso campo de atuação. As teses, dissertações, monografias, os livros e artigos publicados no Brasil e no exterior e os projetos de extensão são exemplos concretos da colaboração dos cursos para a construção do conhecimento, na área da Museologia. Por outro lado, a prática da organização de seminários, congressos e outros eventos tem proporcionado a oportunidade de uma troca efetiva entre estudantes, professores e profissionais que atuam no Brasil e no exterior, divulgando os projetos desenvolvidos em nossos museus e nos cursos, bem como o conhecimento produzido, o que, ao mesmo tempo, tem permitido o acesso a projetos desenvolvidos em outras realidades.

<sup>1</sup>Fala do Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Cultura, Gilberto Gil Moreira, em seu discurso de posse. Brasília, 2/1/2003.

Merece destaque, também, a participação dos cursos de Museologia em torno de temas e problemas relacionados ao exercício da profissão, com atuação marcante no processo de regulamentação da profissão de museólogo e na estruturação do Conselho Federal de Museologia e dos Conselhos Regionais de Museologia, assim como na organização das associações de classe.

Percebe-se, pois, a importância dos cursos de Museologia para o desenvolvimento das áreas da Cultura e da Educação, em nosso País, devendo-se registrar o empenho de seus corpos docente e discente, no sentido de contornar os sérios problemas ocasionados pela carência de recursos materiais e humanos, bem como as condições inadequadas dos nossos museus, para funcionar como campo de estágio. Não podemos desconhecer, também, os sérios problemas financeiros, aliados à falta de divulgação e absorção pelo mercado de trabalho dos alunos que concluíram os cursos, o que tem ocasionado a interrupção de abertura de vagas para novas turmas, o que é lamentável, devido à carência de cursos de formação, em nosso País.

Constata-se, também, uma grande defasagem entre os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam a estruturação dos currículos dos cursos, entre os processos museológicos aplicados, nos museus e em diferentes contextos, e o Parecer nº 917/69 e a Resolução nº 14, de 27 de fevereiro de 1970, do Conselho Federal de Educação, e que, ainda hoje, definem a estruturação dos cursos de graduação em Museologia. Do mesmo modo, observa-se uma grande defasagem entre a dinâmica e a produção dos cursos de especialização em Museologia existentes no País, criados a partir das reflexões teóricas sobre a natureza da Museologia, bem como do pleito dos muitos profissionais que atuam nas instituições museológicas, que não tinham uma formação na área, e a lei que regulamenta o exercício da profissão de museólogo, que limita o exercício da profissão aos graduados e pós-graduados, com mestrado e doutorado.

Para estruturação da presente proposta, foram coletadas informações sobre os seguintes cursos de Museologia<sup>2</sup>:

- Curso de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro (UniRio);
- Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Curso de Graduação em Museologia da Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS) – em estruturação;
- Curso de Especialização da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (desativado);
- Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP;
- Curso de Especialização em Museologia da Universidade Federal de Goiás (UFG);
- Curso de Especialização em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Núcleo de Estudos Museológicos do Estado de Santa Catarina (NEMU)

Consideramos que a consulta ao material informativo sobre os cursos de Museologia será de extrema importância para a implantação e execução da Política de Capacitação, pois as práticas já vivenciadas deverão ser referenciais importantes para a elaboração do planejamento estratégico, para a implantação do Programa de Formação e Capacitação que estamos propondo no presente documento.

<sup>2</sup> As informações sobre os cursos de Museologia que já funcionaram ou que estão em atuação no Brasil foram fornecidas pelos coordenadores, diretores e professores dos respectivos cursos, tanto de graduação como de pós-graduação, cujos registros encontram-se com o Ministério da Cultura, assim como os currículos que estão sendo adotados



### 3 – PRINCÍPIOS NORTEADORES

A consolidação de um Programa de Formação e Capacitação para a Área da Museologia deverá ser processada tendo como referencial um quadro teórico inerente aos processos museais e aos museus, dando lugar para que se desenvolvam as diretrizes das instituições, preservando as suas especificidades, devendo ser um suporte essencial para a exploração adequada de potenciais ainda não trabalhados. Portanto, a aplicação das ações museológicas deve estar embasada na teoria e na relação necessária entre a teoria e a prática, possibilitando que ambas sejam fortalecidas e enriquecidas. Nesse sentido, apresentamos os referenciais abaixo, como princípios norteadores para a operacionalização dos programas a ser executados, destacando que estes referenciais não podem ser considerados únicos e acabados, mas devem ser revistos, atualizados e enriquecidos, ao longo do desenvolvimento dos diversos projetos, em um trabalho permanente de ação e reflexão e em interação com outras áreas do conhecimento:

- O Programa de Formação e Capacitação para a Área da Museologia é parte integrante da Política Nacional de Museus, do Ministério da Cultura, que deverá operacionalizar as ações transversalmente, ou seja, em sintonia e em sincronia com os demais ministérios, bem como com os gestores das áreas da Cultura e da Educação, nos diversos estados da Federação;
- A análise do processo museológico pressupõe a explicitação de que a sua aplicação se dá em contextos os mais diferenciados, na relação do homem com o mundo. Portanto, esse processo está impregnado, marcado pelos resultados da própria ação, imerso na realidade concreta, cultural, na qual estão inseridos os sujeitos sociais. Assim, a aplicação das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, a partir da qualificação do fazer cultural, está condicionada histórico-socialmente;
- O processo museológico deve ser compreendido como projeto, que é construído de forma aberta, tendo como referencial o patrimônio cultural, buscando atingir a missão de formar cidadãos, capazes de se inserir no mundo, como sujeitos históricos, éticos, capazes de optar, de decidir e de romper. Como campo de memória, o museu pode ser espaço de educação, fórum de idéias e pode desempenhar um papel importante nos processos de inclusão social e de democratização dos bens, da ação e da produção cultural. Portanto, a abordagem sobre a dimensão social e educativa dos museus é conteúdo indispensável na formulação dos programas de capacitação e formação.
- A compreensão de que as ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação devam ser aplicadas em interação e como função educativa aponta para a necessidade de uma ação integrada entre os técnicos que atuam em todos os setores dos museus, definindo metas e objetivos, em conjunto, ampliando assim suas funções e campos de aplicação;
- Os Cursos de Formação e Capacitação, na área da Museologia, deverão assumir o compromisso com o desempenho qualitativo, preparando profissionais que sejam capazes de produzir conhecimento, buscando, também, a interseção criativa de contribuições conceituais e analíticas de outras disciplinas, contribuindo com a renovação dos processos museais, reconhecendo as especificidades dos diferentes contextos, adequando os procedimentos metodológicos e técnicos às diferentes realidades, com a abertura necessária para a devida avaliação e reflexão crítica;

- A valorização da área museológica se dá quando valorizamos os trabalhadores que atuam nos museus. Para que o reconhecimento desses profissionais ocorra, é necessário que tenham uma formação e/ou capacitação sólidas, com ênfase nas qualidades formal e política;
- A legislação que regulamenta a atuação dos profissionais da área da Museologia, assim como o Parecer do MEC que orienta a implantação de cursos de Museologia, deve ser compreendida e utilizada como um instrumento passível de revisão e adequação ao perfil dos profissionais e da realidade brasileira, em cada momento histórico.

#### 4 – CONSULTA REALIZADA: considerações e sugestões para o Programa de Formação e Capacitação

Ao assumir a Coordenação da Comissão para elaboração de uma proposta do Programa de Formação e Capacitação para a Área da Museologia consideramos que seria relevante realizar uma consulta a outros profissionais, além dos que estiveram presentes na reunião convocada pela Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, que estão atuando na área da Museologia, bem como a instituições museológicas, associações e demais entidades representativas do nosso campo de atuação. A consulta prévia à elaboração do documento justificou-se pela necessidade de envolver os profissionais nas discussões em torno do tema, colaborando para, a partir de suas experiências e análise das diversas realidades, em diferentes regiões do País, construir uma proposta de um Programa de Formação e Capacitação, que contemple os anseios e as reais necessidades dos sujeitos sociais que vêm, ao longo dos anos, colaborando efetivamente para a construção e reconstrução dos nossos museus.

Ao refletir sobre a construção de uma proposta do Programa para a Formação e Capacitação para a Área da Museologia, inserindo-a nas demais práticas sociais globais, a partir de uma autocrítica das nossas vivências, objetivamos, com a consulta realizada, apontar alguns caminhos para que possamos assumir o nosso compromisso social com qualidade, o que implica participação, inserida em nossa prática cotidiana. Demo (1994) salienta que *qualidade é participação*; com efeito, é conquista humana principal, tanto no sentido de ser, mais do que nunca, uma conquista – dada a dificuldade de realizar de modo desejável – quanto no sentido de ser a mais humana imaginável, porque é, especificamente, a forma de realização humana. É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é aquela participativa, ou seja, com o menor teor possível de desigualdade, de exploração, de mercantilização, de opressão. No cerne dos desejos políticos do homem está a participação, que segmenta metas eternas de autogestão, de democracia, de liberdade, de convivência.

Estamos compreendendo o chamado do Ministério da Cultura para a discussão e construção de uma Política Nacional de Museus e, no seu interior, o Programa de Formação e Capacitação, como um convite à participação, portanto, à construção conjunta, que se inicia, e que, com certeza, será ampliada e enriquecida.

Para a coleta dos dados, foram enviados e-mails a todos os participantes das reuniões convocadas pelo MinC, para iniciar a discussão em torno de uma Política Nacional de Museus, quais sejam: diretores de museus, entidades e pessoas ligadas à área da Museologia, Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura e outros profissionais e entidades localizados em várias regiões do País, solicitando que fossem enviadas, à Coordenação da Comissão, as sugestões e considerações para uma proposta do Programa de Formação e Capacitação para a Área da Museologia.



Registramos que houve um pronto atendimento à solicitação da Coordenação da Comissão, bem como um número significativo de respostas recebidas, em relação ao número de consultas realizadas, o que demonstra a motivação e o envolvimento dos profissionais em torno do tema. Foi realizada uma leitura de todos os e-mails recebidos, tendo sido elaborado um levantamento dos principais problemas e das sugestões para minimizá-los. Após o levantamento e análise dos dados foi elaborada uma proposta preliminar, que foi enviada a todos os membros da comissão, sugerindo que realizassem uma leitura crítica e enviassem, em um prazo de uma semana, as sugestões para os ajustes eventualmente necessários. A seguir, são apresentados um quadro-resumo das consultas realizadas, os principais problemas identificados, os objetivos e as sugestões para operacionalização do Programa de Formação e Capacitação<sup>3</sup>.

#### 4.1 – Principais Problemas Identificados:

- Ausência de cursos de formação e capacitação, na área da Museologia, nas diversas regiões do País;
- Inadequação dos currículos dos cursos de graduação em Museologia, em relação às reais necessidades do mercado de trabalho;
- Número reduzido de bolsas de iniciação científica para os estudantes dos cursos de Museologia;
- Inexistência de fontes de financiamento e de um planejamento estratégico relativo à profissionalização para a área da Museologia;
- Falta de parcerias e intercâmbio entre os cursos de Museologia e os museus das diversas regiões, para desenvolvimento de projetos conjuntos, com a participação de professores, técnicos que atuam nos museus e estagiários;
- Falta de uma política editorial que possibilite, com maior agilidade, a transmissão de idéias e a democratização do conhecimento e das experiências museológicas;
- Rotatividade das equipes, sobretudo em decorrência de mudanças na condução da política governamental nos estados, comprometendo o desempenho, a continuidade dos projetos e, conseqüentemente, a qualidade das atividades técnicas e administrativas;
- Falta de familiaridade com a Museologia, por parte dos profissionais de outras áreas que atuam nos museus;
- Número reduzido de convênios e parcerias para o oferecimento de cursos na área da Museologia, no Brasil e no exterior, nos diversos níveis, com oferecimento de bolsas;
- Inexistência, nos estados, de programas permanentes de formação e qualificação de profissionais que atuam nas instituições museológicas, com o objetivo de melhorar o desempenho dos museus;
- Inexistência, nos museus, de uma política de aperfeiçoamento de pessoal que assegure aos técnicos o direito de se afastar com o objetivo de freqüentar cursos de pós-graduação, com o tempo necessário para concluir os projetos de pesquisa e a redação das monografias, dissertações e teses;
- Inexistência de Plano de Cargos e Salários para os profissionais que atuam nos museus, comprometendo a continuidade e a qualidade dos projetos;
- Defasagem da legislação que regulamenta a profissão de museólogo, em relação à atual realidade brasileira;

<sup>3</sup> A relação das entidades, instituições e profissionais consultados encontra-se no Ministério da Cultura.

- Falta de parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação, com o objetivo de desenvolver projetos conjuntos, visando à capacitação dos educadores e dos alunos dos cursos de formação para professores, para utilização dos museus e do patrimônio cultural como um referencial para o desenvolvimento do processo educativo e para o exercício da cidadania;
- Falta de apoio e incentivo para a realização de seminários, congressos, simpósios e conferências, em diferentes regiões do País, bem como para que os funcionários tenham as condições necessárias para a participação;
- Falta de treinamento em serviço para as equipes que atuam nos diversos setores dos museus. O número reduzido de funcionários e a falta de recursos não permitem que se afastem para se capacitar e atualizar;
- Inexistência de campanhas de divulgação das instituições museológicas, dos cursos de formação e capacitação e da importância dos museus para o desenvolvimento do País;
- Número reduzido de museus comunitários no País e falta de pessoal capacitado para mobilizar e promover, juntamente com as populações, a instalação de núcleos de memória, em diferentes localidades e regiões, voltados para a preservação do patrimônio e para o desenvolvimento local.

## 5 – PROPOSTAS ESPECÍFICAS: objetivos e sugestões para operacionalização

A partir dos referenciais apresentados na introdução, que embasaram os princípios norteadores para a proposta do presente documento, e da análise dos dados coletados na consulta realizada, consideramos importante que se busquem alcançar os objetivos a seguir relacionados, com a implantação de um Programa de Formação e Capacitação para profissionais que atuam nos museus e na área da Museologia, visando a minimizar os principais problemas identificados. A seguir, são apresentadas propostas para operacionalização das ações julgadas necessárias.

### 5.1 – Objetivos

- Contribuir para a operacionalização dos objetivos e das metas do Programa do Ministério da Cultura, no Governo Lula;
- Contribuir para a implantação da Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura;
- Contribuir, por meio do processo museológico, para gerar um processo de preservação do patrimônio global, visando ao desenvolvimento humano sustentável;
- Colaborar com o desenvolvimento regional e com a geração de empregos;
- Atender à demanda de aprimoramento dos recursos humanos das instituições museológicas, visando ao necessário domínio *intelectual* e *prático* de temas voltados para a área da Museologia;
- Promover a formação de profissionais que potencializem suas instituições como agentes de desenvolvimento regional;
- Desenvolver e aplicar tecnologias na área da Museologia, observando-se as necessidades regionais;



- Criar oportunidades de ampliar conhecimentos, rever conceitos e modificar procedimentos de trabalho.
- Proporcionar meios para que as instituições museais melhorem e ampliem seus campos de atuação, no meio social onde estão inseridas;
- Contribuir para a construção do conhecimento na área da Museologia;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País;
- Divulgar o patrimônio cultural brasileiro no país e no exterior.

## 5.2 – Propostas para operacionalização

Para realização das ações, recomendamos que sejam adotadas as estratégias a seguir, no sentido de atingir os objetivos propostos. Esclarecemos que, apesar de estarem agrupadas por ministérios, deverão ser operacionalizadas em interação não só com os Ministérios citados, mas também com outros ministérios e instituições que possam desenvolver ações conjuntas, com o objetivo de atingir os objetivos propostos.

### ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS DO MINISTÉRIO DA CULTURA:

- Implantar um plano emergencial para a formação e capacitação de profissionais, com o apoio das agências de fomento e dos gestores, nos diversos estados, com o propósito de desdobrar os esforços acadêmicos já existentes e atingir as diferentes regiões brasileiras;
- Manter um intercâmbio efetivo com universidades e com outras instituições, estabelecendo parcerias e convênios para a realização de projetos integrados e de criação de cursos de Museologia, em nível técnico, de graduação, licenciatura e pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, nas diversas regiões do País;
- Criar diversas modalidades de cursos modulares: treinamento em serviço, via Internet, regionais, itinerantes, *workshops* e oficinas, seminários, visando à capacitação de um maior número de pessoas, buscando a parceria dos gestores estaduais e municipais, com ênfase nos seguintes tópicos específicos:
  - Elaboração de Projetos;
  - Pesquisa Museológica;
  - Planejamento de Museus e Elaboração de Plano Diretor;
  - Ação Cultural e Educativa dos Museus;
  - Pesquisa de Público;
  - Técnicas Museográficas:
    - Teoria e Técnicas Expográficas;
    - Teoria e Técnicas de Documentação;
    - Teoria e Técnicas de Conservação.
- Realizar um levantamento dos convênios existentes, no Brasil e no exterior, que contemplem a formação e a capacitação de pessoal para a área da Museologia, promovendo a sua divulgação e oferecendo uma cota de bolsas, anualmente;

- Firmar convênios de intercâmbio e cooperação técnica com instituições nacionais e estrangeiras. Criar um programa de divulgação sistemática de oferta de cursos, com bolsas no Brasil e no exterior;
- Desenvolver uma ação articulada com os cursos de Museologia existentes no País, com o objetivo de firmar convênios de cooperação técnica para a atuação de professores e estagiários em museus das diferentes regiões do Brasil, incentivando a realização de projetos integrados;
- Oferecer, nos museus vinculados ao MinC e em outras instituições museológicas, estágios com cotas para profissionais que trabalham em museus distantes dos grandes centros e das capitais. Os museus deverão divulgar suas áreas de excelência para facilitar a escolha e a decisão dos estagiários;
- Criar pólos regionais de formação e capacitação, fora dos grandes centros, com apoio de museus locais e instituições parceiras;
- Realizar seminários, palestras e *workshops*, com organizações da sociedade civil, destacando o papel que os museus devem desempenhar na sociedade, bem como a importância da preservação e do uso do nosso patrimônio cultural;
- Realizar seminários, nas diversas regiões do País, com o objetivo de capacitar equipes locais para o planejamento e estruturação de museus comunitários, com ampla participação social, estimulando a estruturação de uma rede de comunicação entre as diversas instituições museológicas;
- Apoiar as instituições privadas que formam profissionais na área, notadamente as que oferecem cursos de pós-graduação em Museologia ou em Educação Patrimonial;
- Disponibilizar um programa mínimo de capacitação, com estabelecimento de metas, acompanhamento e avaliação, para ser oferecido às diversas regiões;
- Elaborar cadastramento dos profissionais de museus em exercício, bem como do número de graduados anualmente;
- Organizar um programa de viagens de estudo, nacionais e internacionais, destinado aos técnicos que atuam nos museus, com roteiro de trabalho e exigência de apresentação de relatórios;
- Desenvolver um programa de aquisição de bibliografia específica da área – livros, revistas, dissertações, teses, monografias e outras publicações promovendo a disponibilização por meio de empréstimos para os técnicos das instituições cadastradas no programa;
- Apoiar a criação de um centro editorial, articulado com as universidades e com os museus, incentivando a publicação de textos relacionados com a produção do conhecimento, na área da Museologia, promovendo a sua divulgação por meio de uma rede de distribuição e estímulo ao debate;
- Apoiar a reestruturação do Fórum Nordestino de Museologia, considerando sua relevância para a capacitação e atualização dos profissionais da região, bem como outras iniciativas semelhantes que tenham sido realizadas ou que venham a ser concretizadas nas demais regiões;
- Apoiar e incentivar a realização das atividades do Fórum de Museus de Pernambuco e dos Sistemas Estaduais de Museus em funcionamento no País, devido a sua relevância para o treinamento e capacitação do pessoal que atua nos museus, bem como para o desenvolvimento dos museus dos estados;
- Promover um programa de divulgação dos museus e da profissão de museólogo,



- destacando a importância das ações museológicas para a Educação e para o desenvolvimento do País;
- Manter, no Ministério da Cultura, um Setor de Educação Continuada, na área da Museologia, com o objetivo de promover cursos e programas de atualização em todo o Território Nacional;
- Criar e instalar, com a maior brevidade possível, no Ministério da Cultura, uma comissão permanente para elaborar e implementar um planejamento estratégico, com o objetivo de viabilizar as propostas constantes do presente documento, devendo, também, acompanhar e avaliar o andamento das ações propostas.

#### ESTRATÉGIAS A SER OPERACIONALIZADAS COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

- Propor ao Ministério da Educação e firmar parceria para a implantação de cursos de Museologia em nível técnico, de graduação, licenciatura e de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, nas diversas regiões do País, levando em consideração as necessidades e as características dos diferentes contextos;
- Propor ao Ministério da Educação a revisão do Parecer de número 971/69, do Conselho Federal de Educação, aprovado em dezembro de 1969, que orienta a formulação dos currículos dos cursos de graduação em Museologia, no sentido de adequá-los aos aspectos teórico-metodológicos da Museologia e ao perfil dos museus e da realidade brasileira na atualidade.
- Propor ao Ministério da Educação a inclusão da disciplina Educação Patrimonial nos cursos de ensinos fundamental, médio e superior e promover a capacitação de pessoal para ministrar a referida disciplina, em parceria com o MEC;
- Propor ao Ministério da Educação a abertura de vagas para museólogos nas Universidades Federais;
- Sugerir aos cursos de graduação em Museologia que procedam a uma reestruturação dos seus currículos, adequando-os às necessidades do mercado de trabalho em cada região do País e aos avanços teórico-metodológicos da Museologia na contemporaneidade;
- Promover a capacitação dos componentes dos setores educativos dos Museus, dos coordenadores e dos professores, para a elaboração de projetos a ser desenvolvidos entre os museus e a escolas, treinando os professores para o planejamento e a execução de projetos, tendo como referencial o patrimônio cultural. Estender esta capacitação aos cursos de formação de professores nos diferentes níveis;
- Promover, nos diversos estados, com o apoio das Secretarias de Educação e Cultura, cursos para os professores e estudantes dos cursos de Pedagogia, sobre a Ação Cultural e Educativa dos Museus, com atividades práticas nas instituições museológicas;
- Proporcionar a oportunidade de realizar treinamentos em serviço, tornando a escola um local de aprendizado para alunos, professores e profissionais da área da Museologia, executando projetos, no cotidiano da escola, tendo como referencial o patrimônio cultural.
- Estimular a participação de estagiários, de diferentes áreas do conhecimento, em museus de diversas categorias;
- Interagir com as instituições educacionais de cada estado, elaborando projetos com o

- objetivo de utilizar o patrimônio cultural como um suporte essencial ao processo educativo;
- Em parceria com o Ministério da Educação, atuar no sentido de estimular a formação de técnicos ou auxiliares em Museologia, no âmbito do ensino médio, nas escolas públicas brasileiras.

#### **ESTRATÉGIAS A SER OPERACIONALIZADAS COM OS ÓRGÃOS DE FOMENTO À PESQUISA:**

- Por meio de uma ação integrada com os cursos de Museologia e com os órgãos de fomento à pesquisa, desenvolver projetos no sentido de apoiar e incentivar a realização de pesquisas nas instituições museológicas;
- Propor aos órgãos de fomento à pesquisa a inclusão de profissionais da área da Museologia nas comissões de avaliação de projetos específicos da área;
- Apoiar o aperfeiçoamento dos professores da área da Museologia, com concessão de bolsas para cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior;
- Incentivar a inserção da disciplina Museologia – princípios gerais – na formação dos profissionais das áreas científicas responsáveis pelos acervos musealizados;
- Incentivar e apoiar a participação de professores estrangeiros em atividades de pesquisa, ensino e extensão, nos cursos de Museologia;
- Apoiar e incentivar a realização dos encontros do Fórum Permanente de Museus Universitários, devido a sua relevância para o desenvolvimento da construção do conhecimento e para a melhoria da qualidade das atividades técnicas e de pesquisa dos museus universitários;
- Estimular e apoiar a publicação de obras referenciais como manuais, catálogos, *thesaurus* periódicos, dissertações, teses e outros estudos temáticos e apoiar as bibliotecas para a assinatura de periódicos e atualização de novos títulos produzidos no Brasil e no exterior.

#### **ESTRATÉGIAS A SER OPERACIONALIZADAS COM SECRETARIAS DE CULTURA, NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS:**

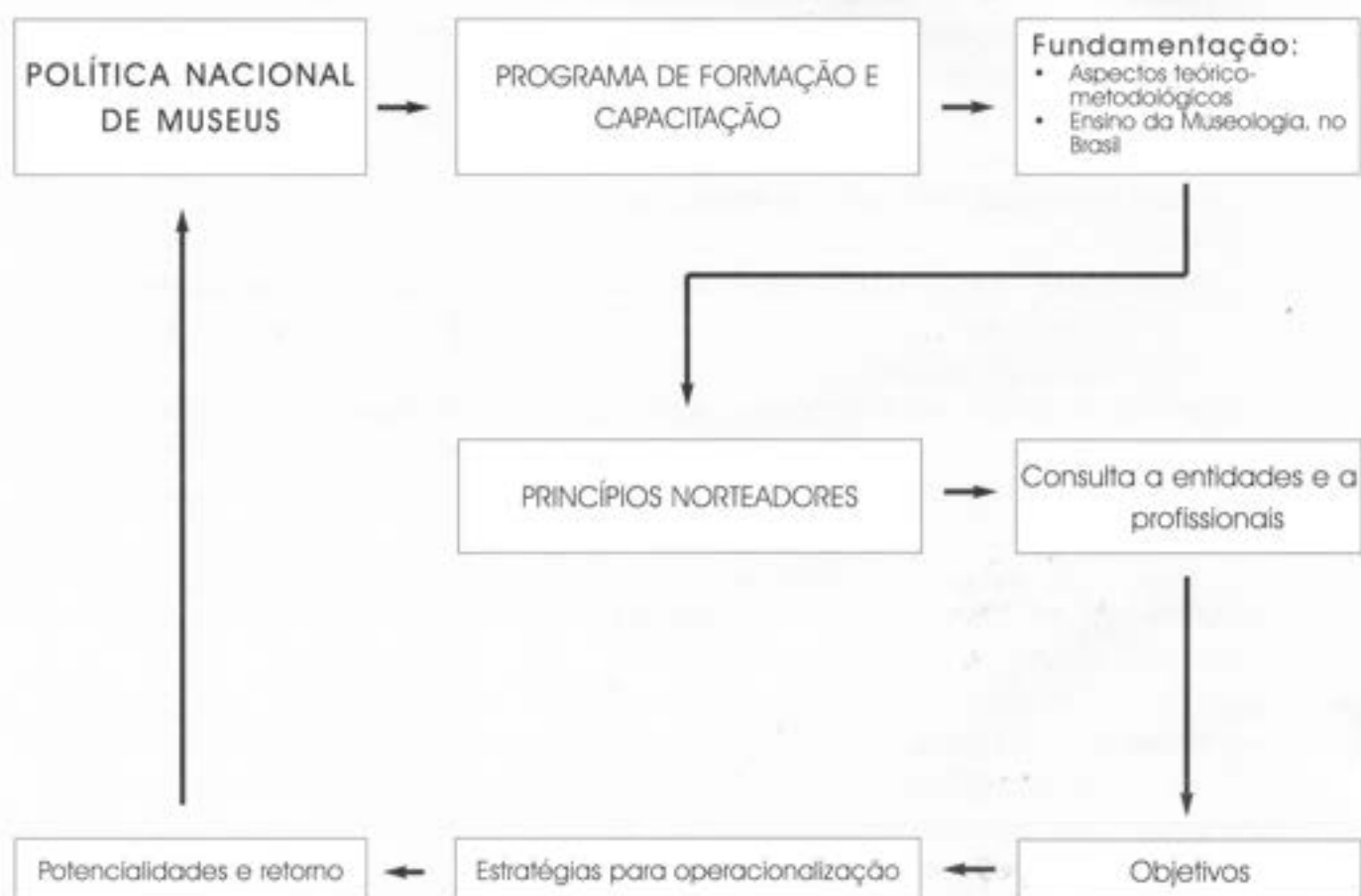
- Propor, à esfera competente, a formulação do Plano de Carreira, Cargos e Salários para os profissionais que atuam nos museus;
- Solicitar aos gestores, nas esferas federal, estadual e municipal, a abertura de concurso público para os diversos profissionais de museus;
- Incentivar e apoiar a criação e implantação dos Sistemas Estaduais de Museus, nas diversas unidades da Federação;
- Oferecer cursos de monitoria em museus para jovens que estejam cursando o ensino médio;
- Promover a realização de cursos de capacitação para voluntários dos museus, com a participação de pessoas de diferentes faixas etárias das comunidades onde os museus estão inseridos.



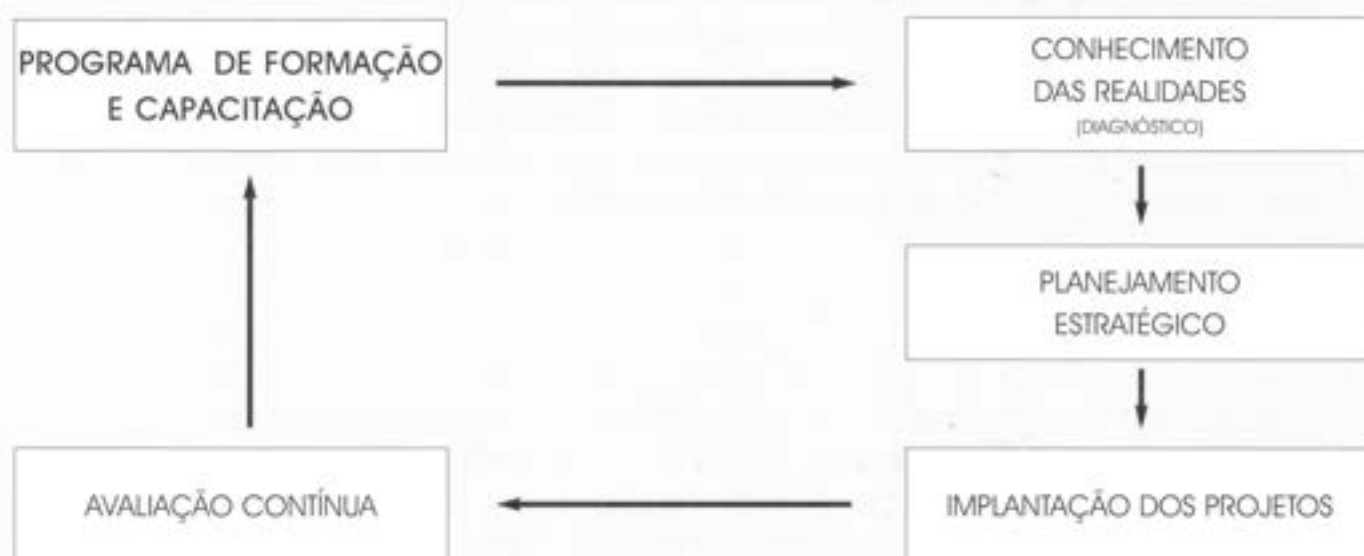
## 6 - FLUXOGRAMAS

Com o objetivo de proporcionar uma melhor visualização da metodologia utilizada para a construção da presente proposta, bem como dos procedimentos a ser utilizados na sua aplicação, apresentamos os fluxogramas a seguir:

### FLUXOGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA A ÁREA DA MUSEOLOGIA



## FLUXOGRAMA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS



### 7 – POTENCIALIDADES E RETORNO

A implantação e execução do Programa de Capacitação para a área da Museologia do MinC deverá contribuir não só para o domínio *intelectual* e *prático* de temas voltados para a área da Museologia e para o desenvolvimento do indivíduo, mas também para o nível macro e institucional, podendo-se destacar os seguintes aspectos:

#### Em relação ao indivíduo:

- Reconhecimento e respeito à identidade cultural e à diversidade;
- Prática da cidadania;
- Melhoria da auto-estima;
- Melhoria do processo de aprendizado;
- Compreensão da história como construção e reconstrução: a história como possibilidade e não como determinação;
- Reconhecimento do valor social e cultural do trabalho;
- Desenvolvimento de atitudes preservacionistas: relacionamento ético com o meio;
- Participação dos cidadãos-beneficiários, contribuindo para a inclusão social;
- Domínio de técnicas e procedimentos a ser aplicados em museus e projetos museológicos.

#### Em relação aos níveis macro e institucional:

- Contribuição para a operacionalização do Programa de Políticas Públicas de Cultura do Governo Lula;



- Contribuição para a divulgação do Patrimônio Cultural, no Brasil e no exterior;
- Contribuição para a melhoria da qualidade do ensino, no País;
- Referencial para a Museologia, para a Educação e para a Cultura, no Brasil e no exterior;
- Referenciais para embasamento de uma política cultural para o País;
- Fonte de renda e captação de recursos;
- Ampliação do potencial turístico dos estados e municípios;
- Contribuição para o desenvolvimento local e regional e para a geração de empregos;
- Ampliação das opções de lazer das comunidades.

## 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta é um elemento motivador, um olhar e uma sugestão dos técnicos, a partir do diálogo estabelecido, da concepção de Museologia adotada e da proposta de uma Política Nacional para os Museus, do Ministério da Cultura. Ela é parte de um processo que está sendo iniciado. Portanto, propõe-se que seja dinâmica, enriquecida e reformulável.

Reiteramos que a concepção museológica adotada deve fornecer a base necessária para o desenvolvimento do planejamento estratégico a ser elaborado, cujos projetos deverão ser executados de acordo com as características dos diversos contextos em interação com os muitos sujeitos sociais, que serão os responsáveis, junto com os profissionais da área da Museologia, por dotar o Programa de Formação e Capacitação de características próprias e, conseqüentemente, alimentar a produção de conhecimento, que será construído em um processo constante de interação, de ação e de reflexão.

## BIBLIOGRAFIA

- BAHIA, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Curso de Museologia. *Parecer de Criação*. Mimeogr. 1969
- BAHIA, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Curso de Museologia. *Proposta para o Curso de Especialização*. s.d.
- BAHIA, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Curso de Museologia. *Proposta para Reforma do Curso de Graduação*. s.d.
- BAHIA, Universidade Federal da Bahia. *Subsídios para Montagem de Currículos Plenos*. Cursos de Graduação. Salvador: Superintendência Acadêmica, 1976.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 971/69, aprovado em 5 de dezembro de 1969*. Mimeogr.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Geral. *Relatório do Grupo de Trabalho – Ação Educativa dos Museus*, 1969.
- BRASIL, Ministério da Cultura. *Bases para a Política Nacional de Museus*, 2003.
- BRASIL, Ministério da Cultura. *Discurso de Posse do Ministro Gilberto Gil*, 2003.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Considerações sobre o Profissional de Museu e sua Formação*. *Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia: teoria e prática*. Cadernos de Museologia (16) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Fórum Permanente de Museus Universitários. Proposta: subsídios para estruturação da área da Museologia no âmbito do CNPq*. Goiânia: 1992.
- CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.
- . *Novos Rumos da Museologia*. Cadernos de Museologia (2) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994.
- CHAGAS, Mário. *A Formação Profissional do Museólogo: 7 imagens e 7 perigos*. In: *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996. p. 11-120.
- COFEM – Conselho Federal de Museologia – *A Imaginação Museal a Serviço da Cultura no Brasil: museus, memórias e identidades*. (Contribuições do Conselho Federal de Museologia para o Programa de Políticas Públicas de Cultura do Governo Lula) Salvador: novembro, 2002.
- DEMO, Pedro. *A Nova LDB: ranços e avanços*. Campinas, SP: Papyrus, 1997. – (Coleção Magistério; Formação e Trabalho Pedagógico).
- . *Educação e Qualidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. – (Coleção Magistério; Formação e Trabalho Pedagógico).
- FÓRUM DE MUSEUS DE PERNAMBUCO. *Carta de Princípios*. Recife: nov. 2002.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 20.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Considerações sobre o profissional de museus e sua formação*. *Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1999.
- GOIÁS, Universidade Federal de Goiás – UFG. *Currículo do Curso de Especialização em Museologia*, 2002.
- KELLY, Albert Victor. *O currículo: teoria e prática*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.
- ICOM/ICTOP. *La Formación de Personal*. Cuadernos de Estudios – nº 10. 2002.
- PORTUGAL, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. ULHT. Departamento de Ciências do Patrimônio. *Currículo do Curso de Especialização em Museologia*. Lisboa, s.d.
- PERROT, Marie-Dominique. *Educação para o desenvolvimento e perspectiva intercultural*. In: *Educação, desenvolvimento e cultura: contradições teóricas e práticas*. Antonio Faundez (org.) São Paulo: Cortez, 1994.



- RIO GRANDE DO SUL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Currículo do Curso de Museologia e Patrimônio*. 2002
- RIO GRANDE DO SUL. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Proposta para o Currículo do Curso de Graduação em Museologia*. 2003
- RIO DE JANEIRO. Universidade do Rio de Janeiro – UniRio. *Histórico do Curso de Museologia*. 2003
- SANTA CATARINA. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. *Currículo do Curso de especialização em Museologia*. 2003.
- SANTA CATARINA. Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU. *Relatório de Atividades*. 2002
- SÃO PAULO. Universidade do Estado de São Paulo – USP. Museu de Arqueologia e Etnologia. *Currículo do Curso de Especialização em Museologia*. 2003
- SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. *Formação de Profissionais de Museus: desafios para o próximo milênio. Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1999.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Caracterização do Profissional Museólogo*. Mimeogr. s.d.
- . *Formação de Pessoal para Museus, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – O Papel da Universidade*. Estudos de Museologia/Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- . *A Preservação da Memória Enquanto Instrumento de Cidadania*. Cadernos de Sociomuseologia (3) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1994.
- . *Reflexões Museológicas: caminhos de vida*. Lisboa: Cadernos de Sociomuseologia (18) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2002.
- . *A Formação do Museólogo e o seu Campo de Atuação*. Lisboa: Cadernos de Sociomuseologia (18) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2002. p 159.

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República

**Gilberto Gil Moreira**

Ministro de Estado da Cultura

**Márcio Augusto Freitas de Meira**

Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas

**Maria Elisa Costa**

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**José do Nascimento Júnior**

Coordenador-Geral de Museus e Artes Plásticas/SPMAP/MinC

Contribuições recebidas e presentes nas reuniões para a discussão das bases da Política Nacional de Museus:

## **PROFISSIONAIS**

Abino Oliveira, Afonso de Melo Franco, Aguinaldo C. C. A. Coelho, Alexandre Diniz, Ana Cristina Evres, Ana Gantais, Ana Gita de Oliveira, Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Leitão Vieira, Ana Sílvia Bloise, Andréa Sabino Lopes, Anelise Pacheco, Ângela Moliterno, Antônia Paula dos Santos, Átila Bezerra Tolentino, Beatriz Góis Dantas, Carlos Alberto R. de Xavier, Carlos Mogalhães, Cecília V. Ribeiro, Celina Albano, Cícero Antônio Fonseca de Almeida, Clarete Magnhotta, Cláudia Márcia Ferreira, Cláudia Penha dos Santos, Cláudio Nelson O. Barbosa, Cristina Bruno, Denise Studart, Deolinda Conceição Taveira Moreira, Dorcas Weber, Edina Laura Nogueira Gama, Edna Taveira, Eduardo Vélez, Eliane Fonseca, Elisabeth Zolcsak, Elizabete Neves Pires, Elza Maria Vasques La Farina, Enelda Rocha, Fernando Lins de Carvalho, Fernando Sendyk, Francisco do Vale Pereira, Francisco Marshal, Genilton Ferreira dos Santos, Gina Machado, Graça Teixeira, Gustavo Pereira Pinto, Heltor Reis, Helena Quadros, Helena Zucon, Hélia Maria de Paula Barreto, Hélio de Queiroz B. Fernandes, Hélio Oliveira, Hugues de Varine, Inês Coutinho, Ione Carvalho Araújo, Jane Batista, Jarbas Silva Marques, Joaquim Paiva, José C. Schertel, José Carlos Levinho, José Frederico Júnior, José Neves Bitencourt, José Rui Mourão, Joseânia Miranda, Judite Primo, Katia Resende, Lauro Cavalcanti, Lídia Melreles, Lucia Hussak van Velthem, Luiz Antonio Ewbank, Luiz Antônio Bolcato Custódio, Luz Francisco Belém Machado, Luzia Ventura, Magaly Cabral, Maria Ignês Mantovani, Marcelo Oliveira, Marcelo Silva dos Santos, Marco Antonio Lazarini, Marcus Granato, Maria Célia T. M. Santos (Coordenadora do Eixo Programático de Formação e Capacitação), Maria Cristina Freitas, Maria das Graças Ribeiro, Maria de Lourdes Horta,



Maria Elisa Leonel, Maria Esther Valente, Maria Lucineide Ribeiro, Mariana F. da Cunha, Marilene Cunha, Marilene Rubin, Marilla Xavier Cury, Mario Chagas, Mario Moutinho, Mestra Verônica Meneses, Miriam Rodin, Mônica lafrati, Nayte Vitelo, Neuza Maria Andrade Couto, Nôris Leal, Odalice Miranda Priosti, Oscar Ortman, Paulo Herkenhoff, Paulo Sérgio G. Ferreira, Pedro Rubens Vargas, Regina Batista, Robério Dias, Rosa Lourenço Arraes, Rosana Nascimento, Rosângela M. de Brito, Rose Miranda, Rui Mourão, Sahara Cyrino, Sandro di Lima, Sérgio Abrahão, Sérgio Azevedo, Sílvia Medeiros, Sílvia Regina Rocha, Simone Flores Monteiro, Socorro Alves Secundo Góis, Sônia Santos Carvalho, Tânia Mara de Mendonça, Tatiana Mellins Costa Araújo, Telma Camargo da Silva, Telma Lasmar, Teresa Scheiner, Tereza Cruz, Terezinha Oliva, Turibio Santos, Vagner dos Santos Barbosa, Valéria Lena, Vani Pereira, Vânia de Oliveira, Vânia Carvalho Rola Santos, Vera Alencar, Vera Siqueira, Vera Tostes, Vicente Roque Ventana, Walter Vieira Priosti, Zaira Medeiros

## MUSEUS

Casa de Benim, Casa de Cultura Odilon Nunes, Centro Cultural Dragão do Mar, Cinemateca Brasileira, Ecomuseu de Ribeirão da Ilha, Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, MAE/USP, Memorial dos Governadores, Museu Abelardo Rodrigues, Museu Aeroespacial, Museu Afro-Brasileiro, Museu Antropológico Diretor Pestana, Museu Carlos Costa Pinto, Museu Casa de Rui Barbosa, Museu da Inconfidência, Museu da República, Museu da Vida/Fiocruz, Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, Museu de Arte de Belém, Museu de Arte de Goiânia, Museu de Arte Moderna da Bahia, Museu de Arte Sacra/UFBA, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Museu de Azulejos e Cerâmica, Museu de Biologia Mello Leitão, Museu de Folclore Edison Carneiro, Museu de Geociência/UnB, Museu do Homem do Nordeste, Museu do Índio, Museu do Instituto Biológico, Museu do Palácio da Aclamação, Museu Emílio Goeldi, Museu Eugênio Teixeira Leal, Museu Histórico e Diplomático, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu João Caetano, Museu Lasar Segall, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Nacional, Museu Sacaca do Desenvolvimento, Museu Santa Casa da Misericórdia, Museu Universitário – Ecomuseu Ribeirão da Ilha /UFSC, Museu Universitário/UFSC, Museu Villa-Lobos, Museus Castro Maya, Museus do IPAC, Museus Navais, Paço Imperial, Sítio Roberto Burle Marx

## ÓRGÃOS

Agência Golana de Cultura, Associação Brasileira de Museologia, Associação de Museólogos da Bahia, Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha, Comissão de Patrimônio Cultural/USP, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Conselho Federal de Museologia, Conselho Regional de Museologia/1ª Região, Conselho Regional de Museologia/2ª Região, Conselho Regional de Museologia/4ª Região, Conselho Regional de Museologia/5ª Região, Curso de Especialização da Universidade Estadual de Santa Catarina,

Curso de Especialização da Universidade Federal da Bahia,  
Curso de Especialização da Universidade Federal de Goiás,  
Curso de Especialização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Curso de Especialização em Museologia/USP, Curso de Museologia da UniRio,  
Curso de Museologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos,  
Diretoria de Museus do Rio de Janeiro, Escola de Museologia/UniRio,  
Fórum de Museus de Pernambuco, Fórum de Museus Universitários,  
FUMBEC/MABE, Fundação Cultural do Tocantins, Fundação Joaquim Nabuco,  
Fundação Vitae, Ministério da Educação, Ministério da Justiça,  
Ministério das Comunicações, Ministério das Relações Exteriores,  
Ministério do Meio Ambiente, Movimento da Nova Museologia – Portugal,  
Núcleo de Estudos Museológicos, Secretaria de Cultura de Goiânia,  
Secretaria de Cultura e Turismo/BA, Secretaria de Cultura/DF, Secretaria de Cultura/PA, Secretaria de  
Cultura/SC, Secretaria de Cultura/SE, Secretaria Estadual de Cultura/RS, Secretaria Estadual de  
Cultura/PR, Secretaria Municipal de Belo Horizonte,  
Secretaria Municipal de Rondônia, Secretaria Municipal de Cultura/Porto Alegre,  
Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, Sistema Estadual de Museus/PR,  
Sistema Integrado de Museus/PA,  
Sistema Integrado de Museus/Pará, Subsecretaria de Cultura/PB,  
Superintendência de Museus de Minas Gerais,  
Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Portugal,  
6º Superintendência Regional do Iphan/RJ, 13º Superintendência Regional do Iphan/MG

#### **Informações:**

***Ministério da Cultura***

***www.cultura.gov.br***

**(61) 316-2145**

**(61) 316-2144**

